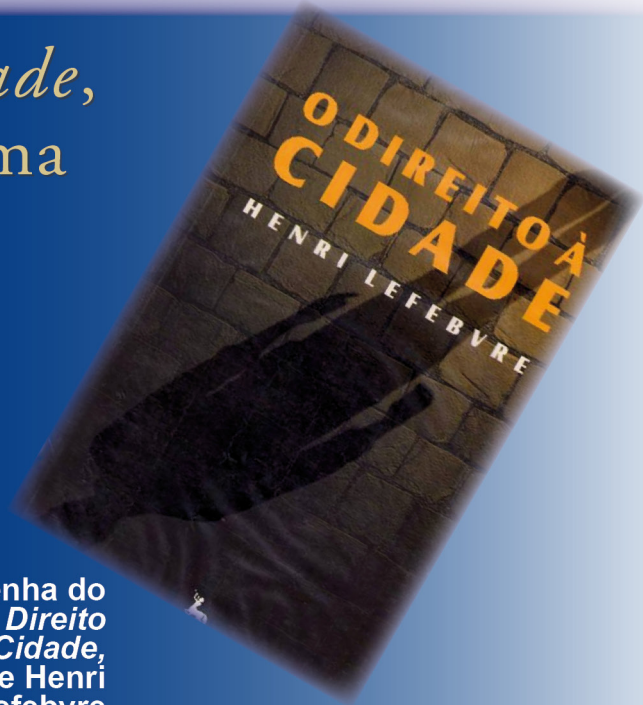


O Direito à Cidade, de Lefebvre, e uma reflexão sobre a violência urbana

Resenha do
livro *O Direito
à Cidade*,
de Henri
Lefebvre



SHIRLEY CARVALHO DANTAS

Arquiteta e urbanista, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente,
é diretora de Planejamento do Município de Itu/SP

O Direito à Cidade foi escrito em 1968, destacando o tema da cidade e do direito dos cidadãos, bem como o fato desta cidade ser uma obra dos cidadãos.

Lefebvre era um sociólogo e filósofo que entendeu, escreveu a respeito e avançou com profundidade na idéia de que o espaço é o elemento central de estruturação da sociedade, e particularmente da sociedade contemporânea.

Como Marx, enfatizou o homem como sujeito da sua história, questionando a vida cotidiana da sociedade a partir deste elemento “espaço”, que traduz as relações conflitantes de poder projetadas no território através das práticas sócio-espaciais. A sociedade, por definição, é espacial, e todos os processos sociais são espaciais, gerando formas espaciais.

Em seu livro, o urbanismo torna-se ideologia e prática e tem por objetivo fazer com que os problemas decorrentes de uma sociedade urbana / industrial sejam lidos do ponto de vista teórico

e prático, além de propor que os pensamentos e as atividades que dizem respeito ao urbanismo sejam criteriosamente analisados.

Para o intuito do presente trabalho, uma breve resenha de alguns textos desta obra de Lefebvre traz uma pequena contribuição para a análise do espaço urbano e sua relação com a violência urbana, foco de uma pesquisa desenvolvida por esta autora. Apesar de ter sido escrito há mais de 40 anos, esta obra pode ser utilizada como fio condutor para a apreensão das contradições nas espacialidades e temporalidades inerentes à dinâmica interna do espaço urbano, dando-se ênfase à violência.

TEXTOS E REFLEXÕES

A obra inicia trazendo o capítulo sobre Industrialização e Urbanização, ressaltando o processo que gera a problemática urbana e também caracteriza a sociedade urbana. Quando diz que o tecido urbano não se limita à sua morfologia, mas

é o suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado para a sociedade, reforça a idéia de que o espaço induz, sim, a comportamentos e hábitos e gera também preocupações com a segurança, por exemplo. Lembra que, neste tecido, as tensões tornam-se conflitos que se exacerbam. E neste cenário, classes dominantes e operárias se confrontam, surgindo uma “desordem” nas cidades, com a tendência de que esta última classe seja expulsa dos centros urbanos, destruindo sua “urbanidade”. “Toda a realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros”. (p. 27) Os novos conjuntos operários, nos subúrbios, proliferam desurbanizando-se, reduzindo-se o conceito de habitar.

Traçando-se um paralelo com as cidades contemporâneas, pode-se observar essa mesma “desurbanização” e descaracterização no modo de habitar dos conjuntos habitacionais atuais e dos condomínios fechados. O isolamento das funções urbanas: de morar, trabalhar, circular e ter lazer, decompõe a ordem urbana, desconfigurando-a.

Neste cenário, Lefebvre fala da boa intenção de planejadores arquitetos que buscam com suas propostas, “reorganizar” o espaço urbano, dar nova ordem e criar novas relações sociais. Esta busca vai recair em formalismo puro ou em esteticismo, como é o caso atual dos condomínios, repletos de boas formas, tipologias, que tentam atender as necessidades do mundo moderno, onde supostamente o homem não muda de escala, e é o mesmo em qualquer parte do mundo.

Chama ainda atenção para o urbanismo de administradores públicos, que trabalham com uma realidade fragmentada, baseando-se em uma sociedade pré concebida, porém, voltado para uma estratégia política.

E por fim, vai tratar sobre o urbanismo dos promotores de vendas, que concebem a cidade para o mercado, visando o lucro, o valor de troca. Assim, não vende a moradia, mas o estilo novo de morar, uma nova forma de viver, uma cidade feliz, segura e livre das diferenças e da desordem.

A cidade contemporânea, segundo os tipos de urbanismos destacados por Lefebvre, está nas mãos de arquitetos formais, administradores estratégicos e promotores de vendas. É a cidade renovada, tornada “legível”, com todas as condições

perfeitas para a dominação das pessoas, transformadas em consumidoras de espaços ideais. Esta é a cidade atual, que resolve os problemas urbanos da sociedade, incluindo a falta de segurança, sanada com o isolamento dos condomínios fechados e outras tipologias urbanas excludentes.

No texto sobre Ciências Parcelares e a Realidade Urbana, Lefebvre trata sobre as ciências que surgem para analisar a cidade, de forma fragmentada, ao contrário da filosofia que buscava entendê-la em sua totalidade. O autor ressalta que cada uma das especialidades das ciências, história, economia, demografia, sociologia, trazem suas contribuições para a ciência da cidade. Mas questiona: “É possível tirar das ciências parcelares uma ciência da cidade?”. (p. 44) Conceitos, prática e teoria se diferenciam, podendo tornar a compreensão global ou não. Ressalta que o urbanismo, não como ciência, mas como prática social, utiliza das técnicas e aplicações parciais para a regulamentação e a administração do espaço construído. Este aspecto, voltando-se para a realidade atual, deve ser bem avaliado. Disciplinamentos do espaço, mediante projetos e leis urbanísticas, muitas vezes, se voltam para visões parciais dos problemas – busca-se resolver os deslocamentos de veículos, facilitando o escoamento do tráfego e “esquece-se” da circulação confortável e segura dos pedestres; permite-se a construção de inúmeros condomínios fechados em nome da segurança pública, e relegam os espaços públicos ao abandono. Resolve-se um problema, criam-se outros. É de se questionar. Ressalta Lefebvre, que se faz necessário “(...) um exame crítico da atividade denominada ‘urbanismo’ e não de acreditar na palavra dos urbanistas, nem de admitir, sem contestação, os efeitos de suas proposições e decisões”. (p.45)

No capítulo Filosofia da Cidade e Ideologia Urbanística, Lefebvre chama a atenção para que se pretendermos formular a problemática da cidade, é preciso que distingamos: *a)* os filósofos e as filosofias da cidade; *b)* os conhecimentos parciais referentes à cidade; *c)* as aplicações técnicas desses conhecimentos; e *d)* o urbanismo como doutrina, ou seja, como ideologia, que interpreta os conhecimentos parciais, que justifica as aplicações, elevando-as a uma totalidade mal fundamentada ou mal legitimada.

Lefebvre ressalta que os filósofos pensaram

idades ideais. Com sociedades livres, sem classes sociais. A esta ideologia, acrescentam conhecimentos parciais.

Quanto ao urbanismo como ideologia, Lefebvre afirma que o conceito de cidade enquanto espaço de consumo e rede de circulação, como centro de informações e de decisões é uma ideologia absoluta. E que esse conceito é tido como verdade total, que é absurdo, pois resume todos os problemas da sociedade a questões espaciais. Essa visão leva a crer que: “Uma vez que a sociedade não funciona de maneira satisfatória, será que não haveria uma patologia do espaço?” Essa relação simples e crua é perigosa, segundo Lefebvre.

De certo que problemas espaciais pura e simplesmente não explicam as disfunções de uma sociedade. As causas da violência urbana, por exemplo, uma doença contemporânea das cidades atuais, são analisadas por diversos campos do conhecimento: sociologia, geografia, antropologia, filosofia e psicologia. De maneira geral, as referidas áreas correlacionam a criminalidade a indicadores sócio-econômicos como índices de escolaridade e renda, dotação de moradia e infraestrutura, situação familiar, demonstrando-se que são questões estruturais e históricas que vão influenciar o quadro violento das cidades.

Entretanto, não se pode deixar de considerar que, segundo estudos recentes, os espaços podem influenciar e provocar comportamentos, inclusive os prejudiciais à sociedade, como os atos de crimes. Pesquisas demonstram que, por exemplo, os espaços públicos seguros e não excludentes são essenciais à coesão e à integração social e os espaços abandonados, isolados e degradados, geram sensação de insegurança e beneficiam eventos de violência urbana.

Assim, a relação simples entre espaço e sociedade para explicar os fatos urbanos não é suficiente, como de fato, levanta Lefebvre. Porém, essa mesma relação não pode mais ser ignorada no meio científico. Um urbanismo que garanta espaços de qualidade e seguros é fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população.

No texto *Especificidade da Cidade – A Cidade e a Obra*, Lefebvre destaca que somente na atualidade, começamos a apreender a especificidade da cidade. Ele lembra que antes da in-

dustrialização, a filosofia respondia às questões colocadas pela sociedade. E que hoje, com a crise em escala mundial, surgem novos aspectos da realidade urbana. Destaca que a cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto.

Neste aspecto, na atualidade, importante frisar o grande desafio que se impõe às cidades com o crescimento vertiginoso da população, o seu adensamento e concentração no espaço urbano. Se é no ambiente urbano que se concentra boa parte das populações, é no urbano que a problemática se acentua, destacando-se o problema da violência, uma nova realidade proveniente destas novas relações da sociedade, seu funcionamento e sua história, levantadas por Lefebvre. Sem dúvida, o crescimento da violência e da criminalidade urbana nos últimos anos foi impulsionado por fatores que encontram suas raízes na problemática sócio-econômica e no contexto histórico/ cultural das cidades, destacando-se aí o processo desigual de urbanização.

Ainda neste capítulo, ele fala sobre a possibilidade de separar os conceitos de cidade e urbano, embora haja riscos – cidade, seria a realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o urbano, a realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. De toda forma, ressalta que não há um “urbano” sem uma base física, uma morfologia. A partir desta compreensão, cabe mais uma vez a reflexão quanto a esta morfologia que, neste caso, é uma morfologia material, que pode ser alterada conforme ações e decisões políticas, urbanísticas e sociais. E esta morfologia compõe uma paisagem mais ou menos humana, um espaço mais ou menos seguro. A análise dos elementos que compõem a morfologia urbana, tais como ruas, calçadas, edifícios e muros, espaços públicos, torna-se essencial ao entendimento de como as formas também estimulam ou inibem, concentram ou dispersam, fazem com que a “realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento”, (p. 54) como ressalta Lefebvre, se altere também de acordo com esta base física, “prático-sensível”.

Em *Continuidades e Descontinuidades*, o tema retrata as descontinuidades temporais e espaciais introduzidas na teoria da cidade (e do urbano), em contraponto à continuidade (organicismo) anteriormente concebida.

Ele ressalta: “formas, estruturas, funções urbanas (na cidade, nas relações da cidade com o território influenciado ou gerido por ela, nas relações com a sociedade e o Estado) agiram umas sobre as outras e se modificaram, movimento este que o pensamento pode hoje reconstruir e dominar”. (p.60)

O autor propõe uma primeira definição da cidade “como sendo projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano”. Mas reconhece que esta definição precisa de complementos.

Ele admite que a cidade vista do ponto de vista da psicologia, como “lugar do desejo”, em seu papel histórico, enquanto lócus da troca e do mercado, e local das revoluções, são definições que não se excluem.

Considerando-se esta visão subjetiva da cidade, na atualidade, ela também pode ser vista como o “lugar do medo”. A violência urbana tem ampliado o que os estudiosos chamam de medo social, que é construído socialmente e que afeta a coletividade. Trata-se do medo utilizado como instrumento de coerção por determinados grupos e que vem alterando profundamente o território e o tecido urbano e, conseqüentemente, a vida cotidiana da população. Ou seja, “o percebido e concebido pelo pensamento” ajudam a moldar as cidades contemporâneas com um novo padrão de organização das diferenças sociais no espaço urbano.

Em *Níveis de Realidade e de Análise*, Lefebvre levanta a necessidade do emprego de instrumentos metodológicos para se estudar os fenômenos urbanos. Ele cita alguns possíveis destes instrumentos: forma, função, estrutura, dimensões, campo e conjunto, escrita e leitura, sistema, significante e significado, linguagem e metalinguagem, instituições, etc.

O autor discorre sobre algumas formas da cidade, algumas de suas funções e dimensões, a sua linguagem, faz comparações dialéticas, entre

os níveis que a cidade pode se encontrar. Diz que a cidade possui funções sociais, políticas, administrativas, etc. Que existe a estrutura da cidade, depois a estrutura urbana da cidade e finalmente a estrutura social das relações cidade-campo.

Em relação às significações, diz: “Em seu plano específico, a cidade pode se apoderar das significações existentes, políticas, religiosas, filosóficas. (...) Ao lado da escrita, existe a fala do urbano, ainda mais importante; essas palavras expressam a vida e a morte, a alegria ou a desgraça”. (p. 68)

No entanto, Lefebvre alerta para a teoria da cidade como sistema de significações, dizendo que ela separa “o urbano” da sua base morfológica, da prática social e que isso é uma grande ingenuidade.

Sem dúvida, não é possível desconectar as significações da cidade de sua base física e vice-versa. Um exemplo atual é o agravamento da violência urbana, que faz com que a população internalize fortemente o medo em seu comportamento urbano e essa situação se reflete, de forma marcante, na resignificação das práticas cotidianas, e na redefinição de lugares, paisagens e territórios.

A fala do urbano, como lembra Lefebvre, pode ser hoje também vista como a “fala do medo”, que (re) produz um espaço a partir da alteração dos hábitos, das práticas e das relações sociais na cidade face aos novos aspectos sócio-territoriais – a violência –, em particular a criminalidade violenta.

Em *Ao Redor do Ponto Crítico*, Lefebvre esboça uma linha do tempo, desde um suposto marco zero da urbanização até a urbanização em 100%, e coloca ao longo deste eixo, algumas descontinuidades, que seriam os pontos críticos. Ao longo deste eixo, estaria, no início, a cidade política, depois a cidade comercial, e posteriormente, a cidade industrial. “Vem então o período em que a cidade em expansão prolifera, produto das periferias distantes (subúrbios), invade os campos”. (p. 77)

Segundo o autor, nesse período em que a cidade se estende desmensuradamente, a forma da cidade tradicional explode em pedaços. “É, portanto ao redor desse ponto crítico que se situa a problemática atual da cidade e da realidade urbana (do urbano)”. (p. 78)

Na atualidade, a expansão urbana para os

subúrbios, sobretudo nas áreas metropolitanas, associa a desqualificação urbanística caracterizada freqüentemente pela insuficiência de equipamentos públicos, acessibilidade e transportes a vários problemas sociais, além da falta de espaços verdes e de espaços públicos.

Nascem nestas áreas a insegurança e a criminalidade. É ao redor deste atual “ponto crítico”, de cidades esfaceladas, em que as intervenções urbanísticas e as políticas públicas devem ser sentidas nos aspectos morfológicos e sociais com um desenho de espaços que deve permitir sentimentos de apropriação e pertencimento dos moradores da cidade, tornando-os menos excluídos.

Na passagem sobre a Forma Urbana, Lefebvre vai tratar sobre as formas da cidade, assinalando que há uma ambigüidade no termo “forma”. Para elucidar o termo, o autor se remete à teoria das formas, próxima a uma teoria filosófica do conhecimento.

Em seguida, ele esboça um quadro das formas. “Esse quadro vai do mais abstrato ao mais concreto e, por conseguinte do menos imediato ao mais imediato. Cada forma se apresenta em sua dupla existência, mental e social”. (p. 92)

São Formas: Lógica, Matemática, da Linguagem, da Troca, Contratual, do Objeto (prático-sensível), Escritutária e a Forma Urbana. Forma Urbana se classifica:

– Mentalmente: a simultaneidade dos acontecimentos, das percepções, dos elementos de um conjunto no “real”.

– Socialmente: o encontro e a reunião daquilo que existe nos arredores, na vizinhança e, por conseguinte a sociedade urbana como lugar socialmente privilegiado, como sentido das atividades, como encontro da obra e do produto. (p. 94)

Por fim, o autor lembra que é evidente que na sociedade moderna, o encontro e a reunião se intensificam. Mas que também as dispersões aumentam: a divisão do trabalho, segregação de grupos sociais, etc.

E finaliza questionando: “A forma na qual esta problemática se inscreve levanta certas questões que fazem parte dela. Diante de quem e para quem é que se estabelece a simultaneidade, a reunião dos conteúdos da vida urbana?”. (p. 95)

Traçando-se novamente um paralelo com a história urbana recente, formas sócio-espaciais,

que se organizam e reorganizam, variam cultural e historicamente, revelam valores que estruturam a vida pública e demonstram como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade. A forma urbana mental e social de grande parte das grandes cidades brasileiras vai ser resultado do crescimento da violência ou do medo social, que gera novos padrões de segregação espacial, transformando profundamente a qualidade do espaço público.

Na Análise Espectral, Lefebvre trata de buscar a análise dos elementos da sociedade. Inicia pela segregação. Segundo o autor, “A segregação deve ser focalizada, com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias) – voluntário (estabelecendo espaços separados) – programado (sob o pretexto de arrumação e de plano)”. (p. 97)

Reforça que “As segregações que destroem morfológicamente a cidade e que ameaçam a vida urbana não podem ser tomadas por efeito nem de acasos, nem de conjunturas locais”. (p. 99)

Diz que a separação que se faz ao se analisar a cidade e a sociedade, fragmenta seus elementos, perdendo-se o sentido. E enfatiza que a síntese se faz urgente. Não como uma simples combinação dos elementos separados, mas a análise do todo. E diz que o filósofo teria este poder, da síntese, se a filosofia, no decorrer dos séculos, não tivesse mostrado sua incapacidade de atingir totalidades concretas.

“Portanto, aqui estamos diante de nossos olhos, projetados separadamente, os grupos, as etnias, as idades e os sexos, as atividades, os trabalhos, as funções, os conhecimentos”. (p. 102)

Essa passagem na obra de Lefebvre é imensamente contemporânea. Diferentes grupos sociais, especialmente das classes altas, têm usado o medo da violência e do crime para justificar novas formas de exclusão social e sua saída dos bairros tradicionais das cidades.

Embora a segregação tenha sido sempre uma característica das cidades, como ressaltou Lefebvre, os instrumentos e as regras que a produzem mudaram consideravelmente ao longo do tempo. Um novo padrão de segregação urbana baseado na criação de enclaves fortificados representa uma transformação nas concepções do espaço. Os condomínios fechados são ocupados

por aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros mais antigos. Privatização, cercamentos, policiamento e outros dispositivos de distanciamento criam um novo tipo de espaço público: fragmentado, no qual a desigualdade é um valor fundamental. Esses processos estão mudando as noções de público e de espaço público. Voltando a Lefebvre, a segregação é, neste caso, voluntária e programada.

Em o *Direito à Cidade*, Lefebvre trata sobre a utopia experimental. Pergunta: “Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços ‘bem sucedidos’, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade?”. (p.110)

Algo é fato. O resgate do espaço público, em sua essência e função primordial, de encontro, trocas coletivas, sociais e culturais, representante físico da diversidade e da democracia, provavelmente terá o sucesso pretendido pelo autor. Experiências de redesenho e valorização de espaços públicos em cidades do mundo e suas respectivas adequações às necessidades de seus usuários têm tido êxito na promoção da sociabilidade e no controle da criminalidade, problemática urbana tratada aqui neste trabalho.

A participação ativa das comunidades, sem dúvida, também valorizada por Lefebvre, é essencial quando se deseja promover a vitalidade e a apropriação efetiva do espaço público, de forma que estes espaços tornem-se, de fato, “favoráveis à felicidade”, tendo como prioridade o valor de uso em sua base morfológica. Segundo Lefebvre “só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização”. (p. 118)

Ao final da obra, no traçado de algumas Teses sobre a Cidade, o Urbano e o Urbanismo, Lefebvre vem reforçar essa idéia, do papel

fundamental da classe operária na transformação revolucionária da sociedade, pois é a classe operária que “sofre as consequências da explosão das antigas morfologias. Ela é vítima de uma segregação, estratégia de classe permitida por esta explosão”. (p. 138)

Assim, defende a revolução sob a hegemonia dessa classe, mediante a conquista de direitos, que devem entrar para a prática social: “direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida”. A vida, incluindo a segurança, o encontro e as trocas. Esses direitos figuram o *Direito à Cidade*, onde o “reino do uso” se superpõe à troca, ao mercado e à mercadoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho vem demonstrar o quanto a obra de Lefebvre é contemporânea em sua forma dialética de ler o espaço urbano e a sociedade urbana em sua complexidade e contradições.

No que se refere à temática da violência, é fundamental uma análise aprofundada e multidisciplinar da forma pela qual o crime, o medo da violência e o desrespeito aos direitos da cidadania têm se combinado a transformações urbanas para produzir um novo padrão de segregação social nas últimas décadas.

A violência urbana tornou-se, na atualidade, um problema essencialmente espacial e isso significa considerar não apenas os aspectos de localização e extensão do problema, mas os seus reflexos na própria interação da sociedade com o ambiente urbano. A violência urbana, para ser pensada, deve ser situada em contextos históricos, políticos, econômicos, sociais, culturais e territoriais, por onde é produzida.

Nesse sentido, pretendeu-se aqui uma breve reflexão incentivada pelo próprio autor, que une teoria e prática para uma compreensão da realidade atual da violência no espaço urbano contemporâneo.